



Renan Calheiros concede entrevista depois de reunião com prefeitos

## Prefeitos querem que Congresso aprove divisão mais justa de tributos

Na quarta-feira, prefeitos de todas as regiões do Brasil se reuniram com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, para apresentar as principais demandas dos municípios. Os prefeitos se queixam de que têm muitas obrigações legais, como fornecer serviços

de saúde e educação, mas não dispõem do dinheiro necessário. A maior parte da arrecadação tributária fica nas mãos da União. Renan prometeu acelerar a votação de projetos de lei que beneficiam os municípios. O Senado criou uma comissão para propor mudanças no pacto federativo. **4**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.324 — Brasília, segunda-feira, 22 de junho de 2015



## Senadores vão pedir expulsão da Venezuela do Mercosul

Parlamentares hostilizados em Caracas dizem que país não é democrático e, por isso, fere um dos requisitos exigidos dos integrantes do bloco

Parte dos senadores que viajaram na quinta-feira para a Venezuela anunciou na sexta que adotará medidas contra o país vizinho. De acordo com os senadores, a Venezuela tem de sair

do Mercosul porque, na avaliação deles, o país não é democrático. A comitiva planejava visitar políticos que foram presos por serem opositores do governo de Nicolás Maduro. Porém, por causa

do bloqueio de ruas e avenidas e de um protesto de simpatizantes de Maduro, eles não conseguiram nem sequer sair da região do aeroporto. Os senadores também anunciaram que vão apresentar

ao Supremo Tribunal Federal uma ação contra a presidente Dilma Rousseff. Segundo eles, Dilma se absteve de fiscalizar o Tratado do Mercosul, que prevê justamente a democracia como requisito. **3**



Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Ronaldo Caiado e Cássio Cunha Lima, que participaram da viagem à Venezuela: para eles, governo Dilma foi conivente com "arapuca" montada pelo presidente Maduro

Senado recebe MP com reajuste na tabela do Imposto de Renda **2**

Grupo que vai atualizar Código de Aeronáutica faz 1ª reunião **2**

### Em dois anos, despesas da Casa com serviço postal caem 75%

Os gastos do Senado com os correios passaram de R\$ 3,4 milhões entre janeiro e abril de 2013 para R\$ 856 mil no mesmo período de 2015. Os números refletem as medidas de economia adotadas pela Casa. Em 2013, a quantidade máxima de cartas que cada gabinete de senador pode enviar foi reduzida. **3**



As medidas de economia adotadas pelo Senado incluem o envio de cartas



### Estatais poderão ter nova lei de responsabilidade

O Congresso instalou na quinta-feira a comissão mista que vai propor uma Lei de Responsabilidade das Estatais. Senadores e deputados vão analisar projetos em tramitação e propor normas sobre gestão e fiscalização das empresas. Estão previstas três audiências públicas até julho e o relatório deve ser apresentado em agosto. **2**

Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator destaca importância de uma Lei de Responsabilidade das Estatais tendo em vista as recentes “pedaladas fiscais” do governo e a crise da Petrobras. Senadores e deputados debatem o tema até julho

# Nova comissão vai propor lei para fiscalizar estatais

FOI INSTALADA NA quinta-feira a comissão mista destinada a apresentar o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais, que deve regulamentar dispositivos da Constituição e definir formas de organização das empresas e mecanismos de fiscalização.

O plano de trabalho prevê três audiências públicas até julho. A primeira, já na quarta-feira, terá como convidados representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e de órgãos reguladores do mercado de capitais.

O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que vai pedir

prorrogação dos trabalhos até o fim de agosto, pois a comissão só foi instalada agora.

— Teríamos menos de um mês para realizar trabalho



Tasso, que preside a comissão, pedirá prorrogação de prazo dos trabalhos

que, pela sua importância, estaria com tempo muito restrito.

O relator da comissão, deputado Arthur Maia (SD-BA) Maia, se comprometeu a apresentar o parecer no início de agosto, para ser votado até o fim do mês.

Maia citou a atualidade dos temas que serão debatidos diante das “pedaladas fiscais” investigadas pelo TCU, supostas manobras contábeis do governo para maquiar gastos além dos limites.

— Além disso, temos a dramática situação da Petrobras, que vem monopolizando o noticiário do país — disse.

## Começa trabalho para atualizar Código Brasileiro de Aeronáutica

A comissão de especialistas que, em seis meses, apresentará proposta para modernizar o Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne hoje. O grupo é presidido pelo professor de direito aeronáutico e aviador Georges de Moura Ferreira. Na instalação da comissão, no dia 15, Ferreira afirmou que a lei atual, de 1986, precisa ser atualizada, uma vez que é anterior à Constituição, ao Código de Defesa do Consumidor e à Lei de Licitações.

## Cristovam critica nova MP da Previdência

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a MP 676/2015, editada pela presidente Dilma para substituir o texto aprovado no Congresso com fórmula alternativa ao fator previdenciário. Ele acusou o governo de criar “pacotes improvisados”.

O senador destacou que o número de jovens no Brasil ficará proporcionalmente menor ao de idosos e aposentados. E propôs uma idade mínima para aposentadoria.

— Precisamos de leis concretas, longas, que durem.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Elmano pretende tornar “idosicídio” crime hediondo

Elmano Férrer (PTB-PI) informou na quinta-feira que vai propor projeto de lei para incluir o idosicídio, o homicídio de idoso, no rol dos crimes hediondos, com pena maior para o crime praticado por descendente da vítima. Ele mencionou pesquisa do Portal da Terceira Idade apontando que 65% dos idosos consideram maus-tratos a forma preconceituosa como são tratados na sociedade e reclamam do abandono da família.

— Quero reafirmar aqui meu compromisso de defesa permanente dos direitos dos idosos — declarou.

## Wellington quer ampliar proteção aos idosos

Wellington Fagundes (PR-MT) anunciou quinta-feira a apresentação de PEC para ampliar a proteção aos idosos e incluir o tema nas competências dos entes federativos.

Ele citou dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência indicando que cinco denúncias de violência contra idosos são registradas por hora no Brasil. O senador também destacou o Dia Internacional de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado no dia 15.



Moreira Maniz/Agência Senado

## Blairo: burocracia impede melhoria de portos

“O país vem perdendo a guerra dos papéis”, disse Blairo Maggi (PR-MT), que pediu urgência para superar gargalos burocráticos no setor portuário.

— Para ganharmos competitividade, é necessário que os portos estejam preparados para reduzir o tempo de permanência dos navios no cais e das cargas nos pátios.

Blairo pediu ao governo agilidade e menos burocracia em processos, a fim de atrair investidores privados.



Gerardo Magello/Agência Senado

## Gurgacz propõe mudar divisão do ICMS de energia

Ao convidar a população de Rondônia para audiência, na sexta, sobre benefícios e impactos ambientais da Usina Tabajara, em Machadinho do Oeste, Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu projeto dele que reparte o ICMS entre estados produtores e consumidores de energia (PEC 124/2011). Com a usina, disse, o estado se firma como vendedor de energia.

— A distorção tributária está prejudicando os estados onde estão as grandes hidrelétricas.



Gerardo Magello/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



<b>SEGUNDA</b>	<b>CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reforma</b> 13h Avaliação de regulamento interno. <b>PLENÁRIO Discursos</b> 14h Sessão não deliberativa. <b>CRA Debate em Porto Alegre</b> 16h Ciclo de debates sobre o Plano Agrícola e Pecuário 2015–2016 na Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul. <b>CCT Conhecimento e inovação</b> 16h Debate de marco legal para Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação.	<b>CPI DO HSBC Requerimentos</b> 14h30 A comissão analisa requerimentos. <b>CI Sabatina</b> 8h30 Sabatina para diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres. <b>CAS Instrumentador cirúrgico</b> 9h Na pauta, projeto que regula a profissão de instrumentador cirúrgico. <b>CDB Minha Casa, Minha Vida</b> 9h Entre itens da pauta, proposta sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.
<b>TERÇA</b>	<b>CPI DO CARE Requerimentos</b> 9h A comissão analisa 13 requerimentos. <b>CCT Chamadas identificadas</b> 9h O PLS 433/2013, sobre identificação obrigatória de chamadas, está na pauta. <b>CMA Logística reversa</b> 9h30 Na pauta, o PLS 403/2014, que desonera sistemas de logística reversa. <b>CAE Reunião deliberativa</b> 10h Comissão avalia pauta com 14 itens. <b>CE Análise de projetos</b> 11h Reunião deliberativa para analisar pauta com 10 itens. <b>CMO Colegiado de líderes</b> 12h30 Reunião do colegiado de líderes da comissão. Às 13h, reunião deliberativa extraordinária.	<b>QUARTA</b> <b>CMO Reunião extraordinária</b> 14h Comissão faz reunião extraordinária. <b>MP 671/2015 Gestão do futebol</b> 17h Comissão que analisa modernização do futebol brasileiro aprecia relatório. <b>CRA Agricultura familiar</b> 8h Audiência sobre o fortalecimento da agricultura familiar. <b>CRE Brasil e Estados Unidos</b> 9h Análise do texto da Lei de Migração e audiência sobre o estreitamento dos laços entre o Brasil e os Estados Unidos. <b>CDH Documentário da TV Senado</b> 9h30 Lançamento do documentário <i>Em Busca da Verdade</i> , da TV Senado, sobre violações de direitos humanos averiguadas pela Comissão Nacional da Verdade.
<b>QUINTA</b>		

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burtle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Grupo de senadores define medidas para excluir Venezuela do Mercosul

Integrantes da comitiva hostilizada semana passada anunciou, por exemplo, ação no STF contra a presidente Dilma por não fiscalizar o cumprimento de regra que permite apenas a nações democráticas participação no bloco econômico. Para eles, país vizinho vive ditadura

A COMITIVA DE senadores que foi hostilizada em visita à Venezuela na semana passada anunciou na sexta-feira uma série de ações nos campos político, legislativo e judiciário visando excluir o país vizinho do Mercosul. Eles também querem responsabilizar o governo brasileiro por, segundo afirmam, ter sido conivente com “uma arapuca” montada pelo governo de Nicolás Maduro.

O grupo de oito senadores foi cercado por manifestantes ao chegar em Caracas, na quinta-feira. Eles tiveram a liberdade de trânsito cerceada e retornaram ao Brasil sem cumprir a agenda pretendida. O objetivo era visitar opositores de Maduro que estão presos, entre eles Leopoldo López (líder de protestos de rua), Daniel Ceballos (ex-prefeito de San Cristóbal) e Antonio Ledezma (ex-prefeito de Caracas).

Entre as medidas, os senadores anunciaram para esta semana a formalização de uma ação por descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a presidente Dilma Rousseff. Eles alegam que a Presidência da República descumpra a lei brasileira ao não fiscalizar o cumprimento da Cláusula de Ushuaia no Tratado do Mercosul. A regra determina que apenas nações democráticas integrem o Mercosul.

— A Venezuela hoje é um país com imprensa cerceada, Judiciário submisso e onde opositores podem ser presos ou mortos — disse o presidente da Co-



PEC que prevê revisão de acordos internacionais pelo Congresso também é defendida pelo grupo

missão de Relações Exteriores (CRE), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O senador anunciou, com o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), que a CRE convocará o chanceler Mauro Vieira e o embaixador em Caracas, Rui Pereira, para esclarecimentos. De acordo com informações que receberam, o chanceler teria confirmado que os diplomatas não acompanharam a comitiva em Caracas por determinação do governo brasileiro.

— Os diplomatas ficaram constrangidos, sumiram pouco antes de entrarmos na van — revelou Aloysio.

O grupo também apoiará uma PEC do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) que prevê que o Congresso terá o

poder de rever acordos internacionais assinados pelo Brasil, em relação à cláusula democrática. Os parlamentares criticaram uma outra comissão criada na quinta-feira no Senado que também visitará a Venezuela e que é formada, entre outros, por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Roberto Requião (PMDB-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

— São porta-vozes do Marco Aurélio Garcia (assessor da Presidência da República), sem qualquer representatividade na sociedade brasileira — disse Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Para Aécio Neves (PSDB-MG), “ficou claro que a Venezuela passa por um regime de exceção”.

## Parlamentares criticam postura do governo Dilma

Em pronunciamento no Plenário na sexta-feira, Aloysio Nunes Ferreira fez um relato da visita e, em apartes, recebeu o apoio de vários senadores. Segundo ele, “a delegação brasileira ficou totalmente desprotegida sem a presença de alguém da embaixada, evidentemente orientada pela própria presidente da República [Dilma Rousseff]”.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) reforçou a necessidade de convocar o ministro

das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o embaixador na Venezuela, Rui Pereira, para prestar esclarecimentos. Para Aécio Neves, a responsabilidade pela exposição da delegação é também do governo brasileiro.

José Agripino (DEM-RN) justificou o interesse do Senado em defender essa “causa democrática regional” para afastar o risco de o Brasil viver situação semelhante à da Venezuela. Cássio Cunha Lima disse que o governo

brasileiro virou as costas à comitiva. Na opinião de Blairo Maggi (PR-MT), o episódio serviu para que se cobre do Executivo posicionamento mais firme em relação à Venezuela.

Ronaldo Caiado observou que embates do governo Maduro com opositores já deixaram 43 mortos, mais de 800 feridos e 3 mil presos. José Medeiros (PPS-MT), Ivo Cassol (PP-RO) e Sérgio Petecão (PSD-AC) criticaram o governo brasileiro.

## Elmano defende PEC que garante recursos à irrigação

Elmano Férrer (PTB-PI) comemorou em Plenário, na sexta-feira, o avanço na tramitação da PEC 78/2013, que amplia por 15 anos o período de aplicação obrigatória pela União de percentuais fixos dos recursos federais destinados à irrigação no Centro-Oeste e no Nordeste.

— É mais uma iniciativa em favor da superação das imensas desigualdades regionais que ainda assolam o nosso Brasil — disse.

O senador pediu apoio dos colegas para que a proposta seja logo incluída na pauta de votações do Plenário.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Brasil precisa investir em energia solar, diz Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) chamou a atenção sobre a oportunidade que o Brasil perde ao não direcionar esforços para a produção de energias alternativas, como a solar. Ele relatou viagem à Alemanha para participar de conferência sobre energia solar, no início do mês.

— É nosso dever, como Parlamento, abrir o debate sobre outras formas de produzir energia limpa no país. Não podemos, em nome de crise econômica que esperamos ser passageira, deixar de discutir estratégias para as décadas seguintes — afirmou.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Hélio José apoia indicado a embaixador na Mauritânia

Hélio José (PSD-DF) defendeu a indicação de Arthur Henrique Villanova Nogueira para a embaixada da Mauritânia, que vai a Plenário. O senador frisou a importância da relação com o país e disse que é preciso separar a cultura islâmica dos movimentos fundamentalistas.

— Devemos fortalecer as relações diplomáticas com todos os países, independentemente de religião, posição política ou demais questões internas. É no diálogo e na negociação pacífica que podemos colaborar para que as diferenças sejam resolvidas.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

## Despesa com correios é reduzida a um quarto em relação a 2013

Entre janeiro e abril deste ano, o Senado gastou R\$ 856 mil com o envio de correspondências pelos correios. O valor equivale a 80% do que foi gasto no mesmo período do ano passado e corresponde a um quarto do que foi gasto no primeiro quadrimestre de 2013.

Entre as razões para a redução dos gastos, está o Ato da Comissão Diretora 22/2013, publicado em setembro daquele ano e que alterou a cota para os serviços postais demandados pelos gabinetes

parlamentares. A norma determinou o corte de 50% nas despesas relativas a mensagens enviadas pelo correio e fixou que cada unidade postal corresponde ao preço da postagem de uma carta simples,

conforme tabela especificada nos contratos firmados entre o Senado e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

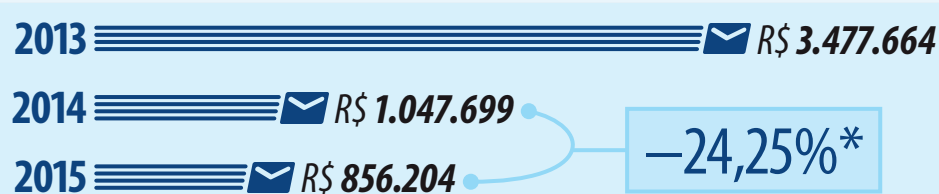
As normas anteriores estabeleciam que cada parlamentar podia enviar duas cartas

para cada mil habitantes de seu estado. Ao todo, os senadores tinham o direito de enviar mais de 390 mil cartas por mês. Com a edição do novo ato, esse número caiu para aproximadamente 193 mil.



Os critérios consideram a população do estado e o Indicador Oficial de Utilização da Internet, de acordo com o IBGE. Quanto maior a população e menor acesso à rede, maior a cota postal.

### Gastos com postagens



\* O cálculo do percentual para comparação de despesas leva em consideração o aumento nas tarifas em junho de 2014 de 7,86%. Somado à redução nominal de 18,30%, registra-se redução de 24,25% nas despesas no quadrimestre

## ACONTECEU NO SENADO

# Senado e Câmara darão prioridade a municípios

Renan Calheiros e Eduardo Cunha receberam no Congresso prefeitos de todas as regiões do Brasil

Prefeitos de todas as regiões do Brasil foram recebidos no Congresso, na quarta-feira, em busca de soluções para as dificuldades financeiras enfrentadas pelos municípios. A concentração de recursos na União, o aumento das obrigações sem contrapartida financeira e a renegociação de dívidas foram reclamações apresentadas aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha.

Renan reafirmou o compro-

misso com as demandas municipais, prometendo agilidade no exame de propostas que possam ajudar na gestão das cidades. Cunha assumiu o mesmo compromisso.

O presidente do Senado aproveitou para lembrar avanços recentes obtidos pelo Parlamento — como a votação da convalidação dos incentivos fiscais, a troca do indexador das dívidas de estados e municípios, o acesso aos depósitos judiciais e administrativos, o compartilhamento dos

impostos do comércio eletrônico e a derrubada de vetos ao rateio dos royalties do petróleo.

— O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e eu estamos felizes pelas sugestões que recolhemos. Quero reafirmar que nossa pauta não é uma “pauta bomba”, é uma pauta do povo brasileiro — disse Renan, ao destacar a disposição do Congresso de contribuir para um novo desenho do pacto federativo.

Nas duas Casas do Congresso,

foram criadas comissões para analisar questões que tratam do pacto federativo. Renan afirmou que nos últimos anos têm ocorrido fatos prejudiciais aos municípios, o que fragiliza a Federação.

Além de prefeitos, senadores e deputados, participaram do encontro representantes de três entidades municipalistas: Associação Brasileira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios e Frente Nacional dos Prefeitos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

### DEPUTADOS BUSCARÃO SOLUÇÃO PARA FINANCIAR AS OBRIGAÇÕES DE CADA ENTE DA FEDERAÇÃO

■ O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, disse que a discussão do pacto federativo parte da determinação das obrigações de cada ente e a forma de financiá-las. Ele anunciou que pretende votar rapidamente a PEC 172/2012, que veda a transferência de encargo ou prestação de serviços aos estados, Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses para custeio.

### FRENTE DE PREFEITOS VÊ PERSPECTIVAS PARA SOLUÇÕES

■ Para o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o encontro com senadores e deputados para debater o pacto federativo foi útil e pode representar um avanço em soluções para os problemas dos municípios. Ele informou que os gestores municipais ainda se reuniriam com o vice-presidente da República, Michel Temer, em busca de apoio do Executivo federal para as demandas dos municípios.

### MÁ DISTRIBUIÇÃO GERA GREVES, DIZ GESTOR MUNICIPAL

■ O prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte, disse que os gestores municipais não contam com receitas suficientes para cumprir suas obrigações. Segundo ele, greves de professores e de outras categorias de profissionais por melhores salários ocorrem justamente em razão da desequilibrada distribuição de recursos entre os entes da Federação. As prefeituras, afirmou Olarte, não têm como atender todas as demandas.



Jone de Araújo/Agência Senado

Entre Eduardo Cunha e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, Renan Calheiros fala aos prefeitos no encontro de quarta-feira

### NO MESMO DIA, COMISSÃO DO PACTO FEDERATIVO RECEBEU RELATÓRIO SOBRE AS REIVINDICAÇÕES

■ Na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, também na quarta-feira, a coordenadora de Finanças Municipais, Ana Amélia (PP-RS), apresentou um relatório com a análise das demandas dos prefeitos. Um dos pontos apoiados pela senadora é a atualização das tabelas do IPTU no início de cada mandato, com a urgência para o PLS 277/2014, que trata do assunto.



Marcos Oliveira/Agência Senado

### PROPOSTAS SERÃO CONSOLIDADAS ATÉ 8 DE SETEMBRO

■ O presidente da comissão especial que analisa no Senado o pacto federativo, Walter Pinheiro (PT-BA), garantiu aos prefeitos que no dia 8 de setembro o colegiado entregará todas as propostas que serão analisadas em Plenário. O relator da comissão, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), disse que o colegiado recebeu as demandas dos municípios e dos estados e que boa parte das reivindicações estão contempladas em propostas que tramitam no Congresso.

### SUGESTÃO CONTRA GUERRA FISCAL ENTRE CIDADES

■ Durante o encontro com os prefeitos, o senador José Serra (PSDB-SP) sugeriu uma alteração na lei para facilitar o fim da batalha que municípios travam, oferecendo descontos no ISS com a intenção de atrair empresas privadas e investimentos. Serra propõe que municípios vizinhos possam cobrar a diferença de alíquotas do imposto, obtendo receita adicional. Propõe também revisão da lista de serviços para que novos itens possam ser tributados.



Pedro França/Agência Senado

### PEDIDO DE RESSARCIMENTO PELOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS E DA UNIÃO

■ No encontro, os prefeitos informaram que os municípios querem ser ressarcidos dos custos de serviços de responsabilidade dos estados e da União que muitas vezes são obrigados a prestar, como cessão de prédios ou de funcionários. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Municípios, Eduardo Tadeu Pereira (foto), é necessário criar essa possibilidade na Lei de Responsabilidade Fiscal.

### PROJETO QUE LIBERA PETROBRAS DE ATUAR COMO ÚNICA OPERADORA DO PRÉ-SAL GANHA URGÊNCIA

■ Na terça-feira, o Senado aprovou urgência para o projeto que libera a Petrobras da função de operadora única no pré-sal e desobriga a estatal da participação mínima de 30% dos blocos licitados (PLS 131/2015). O texto só deve ser votado após sessão temática marcada para 30 de julho. Pela lei atual, de 2010, a Petrobras deve atuar como operadora única na exploração dos campos do pré-sal.



Agência Petrobras

### APROVADO RELATÓRIO QUE ISENTA TRATOR DE LICENCIAMENTO

■ A comissão mista encarregada de analisar a MP 673/2015 aprovou na quarta-feira relatório do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) à medida provisória, que dispensa de licenciamento e emplacamento tratores e demais máquinas agrícolas usadas em atividade rural. A medida, entre outros pontos, prevê a isenção do pagamento de seguro obrigatório. O texto ainda poderá ser alterado durante a votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

### MP DA APOSENTADORIA DEVE SER ALTERADA, GARANTE RENAN

■ O Congresso deverá alterar a MP 676/2015, que traz novas regras para aposentadoria. Editada pelo Executivo como alternativa ao veto da presidente Dilma ao fim do fator previdenciário, a medida provisória cria regra de progressividade para a fórmula 85/95, aprovada pelo Congresso. Renan disse que se a regra de progressão (que considera o aumento da expectativa de vida) anula avanços da fórmula 85/95, é papel do Congresso melhorar a MP.



Gerardo Magela/Agência Senado

### ARMANDO MONTEIRO DEFENDE MUDANÇAS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO E REDUÇÃO DA BUROCRACIA

■ Audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) ouviu, na terça-feira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Ele reconheceu que o Brasil tem um sistema complexo e disfuncional, que ainda tributa investimento e exportação, e disse que a redução da burocracia poderia melhorar o ambiente de negócios no país.